

Câmara inicia movimento por nova política indigenista

■ Entidades farão atos em memória de Galdino e pela votação do Estatuto do Índio

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — Um conjunto de propostas para pôr em discussão a questão dos índios e a realização de alguns atos públicos foram as decisões tomadas ontem pelas comissões de Direitos Humanos e das Minorias da Câmara dos Deputados, para marcar o início de uma mobilização nacional destinada a dar prioridade à política indigenista. A Fundação Nacional do Índio (Funai) recebeu críticas de líderes indígenas e parlamentares.

Entre os atos previstos está a inauguração, hoje, da Praça do Compromisso, ao lado do ponto de ônibus onde foi assassinado o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, com um monumento do artista Siron Franco. Outra medida será a realização de um dia de reflexão nas escolas do Distrito Federal, sobre os motivos que levaram cinco jovens de classe média a atear fogo em Galdino.

As escolas serão convocadas, a partir de segunda-feira, a fazer um minuto de silêncio. No dia 20 de maio, quando o crime completará um mês, haverá paralisação nacional de cinco minutos, por proposta da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal. Essas fo-

ram as principais sugestões dos representantes de entidades civis, lideranças indígenas, partidos e do governo do Distrito Federal.

A concessão do regime de urgência urgentíssima à votação do Estatuto do Índio, engavetado há dois anos na Câmara, e a ratificação da Convenção 169 da OIT, que garante proteção internacional aos índios, também fazem parte da estratégia para não deixar passar em branco o assassinato de Galdino. Hoje, o deputado Ivan Valente (PT-PR) começa a recolher as 257 assinaturas necessárias para dar prioridade ao Estatuto do Índio.

Demissão — “Queremos a demissão imediata do presidente da Funai, Júlio Gaiger, esse filho de nazista, arrogante e autoritário que deixa os índios nos chiqueiros, jogados à própria sorte”, protestou Jeremias, da tribo xavante. Jeremias criticou ainda o fato de o Estatuto do Índio estar esquecido na Câmara e gritou: “O problema é que índio não dá voto”.

As lideranças indígenas querem ainda que o presidente Fernando Henrique Cardoso apresse a definição do nome do novo ministro da Justiça. “Queremos um ministro definitivo para iniciar as negociações da nova política indigenista

discutida com as comunidades, e que indique um novo presidente da Funai apoiado pelas organizações indígenas”, pediu o índio Sebastião Manchinery, membro do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil.

Hoje, às 10h, será definida a agenda que parlamentares pretendem entregar a Fernando Henrique, em audiência que será solicitada pelo deputado Pedro Wilson (PT-GO), presidente da Comissão de Direitos Humanos.

“A tendência da maioria dos deputados das comissões de Direitos Humanos e das Minorias é a favor da substituição de Júlio Gaiger. “Ele não tem mais condições de diálogo com os índios, apesar do seu passado de ex-dirigente do Cimi (Conselho Indigenista Missionário)”, disse Pedro Wilson.

Ato — As igrejas também decidiram se engajar na mobilização. O secretário de Turismo do DF, Rodrigo Rollemberg, anunciou a realização domingo, às 11h, de um culto ecumênico em memória de Galdino, na Praça Compromisso, entre as quadras 703/704 Sul, onde o pataxó foi assassinado. Artistas e bandas da capital participarão do ato. Por sugestão do rabino José

Simanovitch, da comunidade judaica, “todos os dias haverá um minuto de silêncio para a reflexão das crianças e adolescentes, de acordo com a religião de cada um”. O pastor Renato Huhne, do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, e Paulo Maldos, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), defenderam a participação das igrejas na cobrança de medidas de combate à violência contra os excluídos.

O único governador a participar da reunião foi João Capiberibe, do Amapá, filiado ao PSB. Ele propôs a revisão dos currículos escolares, “para que os jovens aprendam a verdadeira história dos povos indígenas, e não a que é contada pelas elites”. Também defendeu mudanças no papel da Funai, assim como a transferência para os estados da tarefa de demarcar as terras indígenas. “Se há invasão, os estados têm que ser responsabilizados. Alguns até estão insuflando as invasões”, denunciou o governador.

A Comissão de Direitos Humanos pedirá que a Procuradoria Geral da República investigue o desempenho da Funai em sua atribuição de tutela dos índios. Uma subcomissão foi criada para verificar a situação dos albergues da Funai.

25/4/97
1689

2